



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

ACTA N.º 241

Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e treze pelas vinte e uma horas reuniu, no Auditório da Biblioteca Municipal de Olhão, a Assembleia Municipal de Olhão, em Sessão Ordinária, convocada em doze de Dezembro de dois mil e treze, presidida pelo seu Presidente, Daniel Santana e secretariada pelos deputados municipais Olívia Gomes e Luís Viegas, respetivamente, 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem do Dia constante da convocatória que se junta, integrando a presente ata (Doc. 1): -----

No período antes da Ordem do Dia:

- Moções da CDU: Orçamento do Estado para 2014; Moviflor; Ria Formosa.
- Moções do PSD: Constituição do Conselho Municipal de Juventude; Protesto de Reclassificação da Ria Formosa; Portos de Pesca, Recreio e Pesca Artesanal.

No período da Ordem do Dia:

1. Apreciar a informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
2. Por proposta da CDU, criar uma Comissão ou Grupo de Trabalho para Elaboração de um Plano Integrado de Despoluição da Ria Formosa;
3. Aprovar, por proposta nº 55/2013 da Câmara Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativos aos procedimentos destinados à aquisição de bens e de serviços mencionados no quadro 1, a abrir ao abrigo do disposto nos art.º 19 e 20 do CCP;
4. Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 58/2013, que tem por objeto o mapa de pessoal do Município para o ano de 2014, nos termos da alínea o) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
5. Aprovar, por proposta da Câmara Municipal, nº 64/2013, o Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Olhão, nos termos da alínea g) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
6. Aprovar, por proposta da Câmara Municipal, nº 60/2013, a alteração ao plano de liquidação dos pagamentos em atraso relativo à dívida da empresa Águas o Algarve, a qual será liquidada trimestralmente, sendo o valor para 2014 e para 2015 de 60.000 €/ano (15.000€/trimestre) e para 2016 de 474.125€ (118.531,25€/trimestre), conforme alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro;
7. Apreciar o inventário de todos os bens imóveis cedidos ao Município, proposta nº 61/2013, e respetiva avaliação, no uso das competências atribuídas nos termos da alínea l) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
8. Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 63/2013, que tem por objeto a abertura do procedimento concursal, de trabalho em funções e termo resolutivo certo, pelo período de tempo que coincide com o 2º e 3º trimestres do ano letivo 2013/2014 para os seguintes docentes: - Atividade física e desportiva - 2;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

9. Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 59/2013, que tem por objeto as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: Daniel Nobre Santana, Vítor Luís do Carmo Tomé, José Marcelino Dias, Mónica Cristina Lopes Neto, Esmeralda de Fátima Quitério Salero Ramires, Olívia Maria da Silva Gomes, João Luís Relvas Henrique Charrão, Josué Tavares Marques, Luís Miguel Paté Salero Viegas, David Eduardo Calado Mendes, João Gabriel Calabreta Martins, Catarina Andreia da Conceição Nunes do Poço, Carlos Manuel Neves Parente da Silva, Susana Maria Gonçalves Mendonça, Hélder Nuno Silva do Carmo, Gilda Maria Sancho Gil, Luciano Neves de Jesus, Paulo Vasco Dias Salero, Miguel Januário Covas Dimas e Manuel Carlos Teodoro de Sousa. -----

Estiveram ainda presentes os seguintes deputados: Domingos Pedro Ferro Terramoto do BE, em substituição de Marcos Quitério, Bruno Filipe da Cruz Alexandre do PSD em substituição de Cláudia Nascimento e Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Ricardo Manuel Veia Calé e Isilda Maria Viegas Silva Moreno do PS, em substituição de Francisco Leal, José Manuel Coelho e Sérgio Nicolae, respetivamente. -----

O Presidente da Assembleia, Sr. Daniel Santana, começou por informar, sobre o expediente recebido até à data, que se encontra arquivado em pasta própria, designadamente:-----

- Vivmar;-----
- CPCJ – Substituição da Prof.ª Carla Caramujo;-----
- Pedidos de Esclarecimento: Mercados de Olhão; Edifício no Jardim Pescador Olhanense e Fesnima. -----

Foi aprovado, por unanimidade, o voto de pesar, proposto pela bancada do PS, pelo falecimento do Sr. António da Branca (Doc.A), cumprindo-se um minuto de silêncio em sua memória. -----

O Sr. Deputado Luís Salero entregou os cartões de identificação aos deputados, informando acerca dos seus direitos e deveres enquanto portadores dos mesmos. -----

Foi, então, aberto o período dedicado ao público, registando-se as seguintes intervenções:---

O Sr. Jorge Bandarra, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre os problemas que surgiram para os proprietários dos prédios na Quinta João d'Ourém, no âmbito de um processo para se constituírem contra interessados no processo de declaração de nulidade do alvará de loteamento.-----



S.

R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

O Sr. Presidente da Câmara informou, que foi enviada uma carta a todos os residentes nessa área habitacional, no sentido de esclarecê-los sobre o assunto, e acrescentou, ainda, que parte da resolução do problema poderá passar pela revisão do PDM. -----

Disse, ainda, que a Autarquia está a tentar resolver o problema, no entanto, alertou que devido à complexidade do processo, não poderá dar garantias que tal venha a ocorrer com a celeridade pretendida.-----

O Sr. Luís Serra, interveio, para afirmar que existe um prejuízo efetivo para as famílias residentes na Quinta João d'Ourém, apresentando a desvalorização dos imóveis e a dificuldade numa eventual venda, como sendo os aspetos mais preocupantes. Em relação à referida carta enviada pelo Sr. Presidente, solicitou esclarecimentos sobre a expressão "tempo útil" utilizada pelo edil, apelando que faça uso de todos os meios ao seu alcance para ajudar na resolução desta problemática.-----

A Sr.^a Silvina Santos quis saber se foi considerada a expansão da Quinta João d'Ourém, quando foi licenciado o depósito do gás existente a poucos metros da Urbanização.-----

A Sr.^a Carla Duarte questionou o que pretende a autarquia fazer aos contentores abandonados pelos construtores na via pública e às obras inacabadas com as consequências negativas e riscos que daí advêm. -----

O Sr. Presidente prestou os devidos esclarecimentos ao Sr. Luís Serra. No respeitante à questão da empresa de gás, disse acreditar que o licenciamento estaria de acordo com a lei, mas irá solicitar aos serviços da Câmara para verificarem a situação, novamente.-----

Em seguida, pediu ao Sr. Vereador Carlos Martins, que esclarecesse a Sr.^a Carla Duarte, tendo o mesmo informado que o empreiteiro já sofreu as sanções previstas na lei, acrescentando que se irá proceder a uma vistoria, no sentido de fazer um levantamento de todas as situações problemáticas identificadas pelos moradores.-----

Ainda sobre problemas da Quinta João d'Ourém, intervieram a Sr.^a Jaqueline e a Sr.^a Susana Morgado, que teceram algumas considerações, para reiterar que a Câmara deve assumir a responsabilidade deste processo e para considerar inadmissível que o Sr. Presidente não estivesse preparado para responder de forma mais objetiva às questões suscitadas. -----

O Sr. Presidente esclareceu que a autarquia enfrenta dificuldades financeiras, que não possibilitam um apoio mais concreto, compreendendo, pois, que existam algumas queixas. Disse, ainda, ter estado disponível para ajudar, assim que teve conhecimento da situação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

Urbanização Quinta João d'Ourém, daí que não entenda a animosidade dos proprietários. Concluiu, que irá entrar em diálogo com os representantes destes condomínios para ajudar a resolver este problema, visto que ele não tem uma solução mágica para o mesmo.-----

Interveio o Sr. João Paulo, para mencionar, que, enquanto a Câmara não realizar as obras para resolver as situações já referenciadas de risco de segurança e saúde pública na Urbanização Custódia Mendes (frente às piscinas municipais), continuará a manifestar o seu descontentamento ao Sr. Presidente em todas as sessões da Assembleia Municipal.-----

O Sr. Presidente informou que, desde a sua tomada de posse ainda não teve fundos disponíveis para executar as obras solicitadas, mas que as fará assim que possível. -----

O Sr. Paulo Gonçalves, ainda sobre a Urbanização João d'Ourém, começou por informar que nalgumas reuniões de condomínio estiveram presentes juristas, que referem a existência de soluções por via dos tribunais, questionando se não deveria ser a Câmara a acionar os mecanismos legais para poder resolver o problema, pois na carta que enviou aos moradores refere que devem ser os moradores a encontrar os seus próprios meios de defesa.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu sobre as questões suscitadas.-----

O Sr. Deputado Luís Salero informou, que participara numa reunião organizada pela Junta de Freguesia de Pechão, onde apresentou possíveis saídas para este problema. -----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções do público, no entanto, alertou para o facto de não serem permitidas manifestações por parte dos presentes.-----

A Deputada Esmeralda Ramires, que já anteriormente tinha pedido a palavra, apresentou um protesto à Mesa por esta não ter informado o público sobre as normas de funcionamento da assembleia no que se refere às suas intervenções, acrescentando que o Presidente da Câmara não consegue vir preparado para responder a todas as questões colocadas.-----

Antes de entrar no período antes da Ordem do Dia, o Sr. Deputado Vitor Tomé, questionou o motivo pelo qual as moções, tendo sido entregues atempadamente, não integraram a Ordem do Dia, propondo que o despacho dos documentos contenha data.-----

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que a Ordem do Dia é da competência da Mesa, tendo as Moções entrado no período antes da Ordem do Dia de modo a evitar que a Ordem do Dia se tornasse muito extensa. -----

Quanto aos pedidos de esclarecimento solicitados pelos deputados, o Sr. Presidente da Câmara alegou que não tinha conhecimento dos mesmos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

O Sr. Deputado Josué Marques pediu a palavra para solicitar a correção da ata da Assembleia de Novembro, pois, contrariamente, ao que consta na mesma a CDU não apresentou uma proposta para alteração ao Regimento. Propôs ainda que na elaboração das atas se passe a identificar o sentido de voto de cada bancada. -----

No período antes da Ordem do Dia, colocaram-se à discussão os seguintes documentos:-----

- Moção da CDU - Orçamento do Estado para 2014 (Doc. B):-----

Interveio o Sr. Deputado João Martins para referir que, no mandato anterior, a CDU votou contra a moção de protesto à Lei dos Compromissos da bancada do PS. Contudo, irá votar favor da moção em discussão, pois vem reforçar os argumentos já apresentados pelo PS.-----

Em seguida, a Moção foi votada, sendo aprovada com dezassete votos a favor das bancadas do PS, CDU e BE, sete votos contra do PSD e uma abstenção do Novo Rumo.-----

- Moção da CDU - Moviflor (Doc. C):-----

O Sr. Deputado Josué Marques teceu algumas considerações, no sentido de sensibilizar os Srs. Deputados, apelando à sua solidariedade para com os trabalhadores daquela empresa.-

A Sr.ª Deputada Esmeralda Ramires disse que a bancada do PS acompanha as preocupações associadas à Moção, no entanto, propôs algumas alterações, considerando que os deputados não dispunham de elementos que comprovassem alguns factos referidos, propondo a eliminação de alguns pontos para que a bancada do PS vote favoravelmente.-----

A Sr.ª Deputada Catarina Poço propôs, igualmente, que a Moção seja enviada não apenas ao sindicato constante no documento, mas a todos os Sindicatos do setor.-----

O Sr. Deputado Josué Marques aceitou proceder às reformulações propostas, após as quais, a Moção foi posta à votação e aprovada, por unanimidade.-----

- Moção da CDU - Ria Formosa (Doc. D):-----

O Sr. Deputado Vítor Tomé considerou que o mais importante seria encontrar soluções para o problema criado com a publicação do despacho, que veio reclassificar a Ria Formosa, e, rapidamente, analisar o problema dos trabalhadores afetados pela proibição da apanha de bivalves, que afeta de forma grave a economia local, considerando fundamental a aprovação unânime e consensual da Moção.-----

O Sr. Deputado Josué Marques reforçou as consequências graves da situação atual e considera que, no imediato, a principal preocupação será a questão da reclassificação das zonas, mas que se deverá exigir a adoção de algumas medidas para evitar que se continue a poluir a Ria Formosa, referenciando a existência de 32 focos de poluição.-----



AS
R

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

O Sr. Deputado David Calado, teceu algumas considerações sobre a poluição da Ria Formosa, sugerindo um papel mais interventivo da Assembleia Municipal nesta questão.-----

A Sr.^a Deputada Esmeralda Ramires, apesar de ter concordado com a Moção, protestou pelo facto da Mesa permitir que os Deputados se pronunciem sobre assuntos que não estão relacionados com a temática em discussão.-----

O Sr. Deputado Domingos Terramoto manifestou preocupação pelo funcionamento irregular das Etar's em Olhão, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o problema dos esgotos ilegais que continuam a desaguar para a Ria sem qualquer tratamento.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia Municipal, de que, não obstante a reclassificação negativa da Ria Formosa, os mais recentes estudos demonstram que a qualidade da água na Ria Formosa melhorou significativamente, na última década. -----

A Moção foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Deputado do Novo Rumo.-----

- Moção do PSD: Constituição do Conselho Municipal de Juventude (Doc. E):-----

O Sr. Deputado Bruno Alexandre, apresentou os principais argumentos para a constituição do Conselho Municipal de Juventude, sensibilizando os Deputados para a sua importância.-----

O Sr. Deputado Ricardo Calé, interveio para se congratular com o facto do PSD reconhecer a importância deste órgão, já proposto no programa eleitoral do PS, não fazendo sentido aprovar uma moção para o efeito, e que por esse motivo a sua bancada irá abster-se.-----

Os Deputados, Bruno Alexandre e Ricardo Calé, teceram ainda algumas considerações.-----

A Sr.^a Deputada Esmeralda Ramires, interveio para reiterar a confiança da Bancada do PS no facto de não ser necessário instar a Câmara a criar o referido Conselho.-----

A proposta foi aprovada, por maioria, com 14 votos a favor e a abstenção da bancada do PS.

- Protesto de Reclassificação da Ria Formosa (Doc. F):-----

O Sr. Deputado Luís Salero prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta. -----

O Sr. Deputado Josué Marques congratulou-se com o que foi dito, embora tenha defendido a inclusão na Moção das Associações representativas do setor.-----

A Sr.^a Deputada Esmeralda Ramires propôs ao PSD apresentar uma proposta alternativa.-----

O Sr. Deputado Luís Salero demonstrou não estar interessado em alterar a Moção.-----

O Sr. Deputado David Calado considerou que deveriam ser cumpridas certas regras.-----

O Sr. Presidente da Câmara considerou, que as associações do setor têm mais capacidade de intervenção, no sentido de resolver o problema do que ele próprio. -----



guz
P

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

A proposta, foi aprovada, por maioria, com 13 votos a favor do PSD, CDU e BE e 12 abstenções das bancadas do PS e Novo Rumo, com a declaração de voto do PS (Doc. H).----

- Portos de Pesca, Recreio e Pesca Artesanal (Doc. G):-----

O Sr. Deputado Luís Salero teceu alguns considerandos no sentido de sensibilizar os Deputados para a aprovação da Moção. -----

Os Srs. Deputados Vítor Tomé e Josué Marques teceram considerações sobre as entidades responsáveis pela gestão dos portos e marinas, considerando que o cenário poderia ser mais grave caso se transferissem essas competências para as Câmaras. -----

A Sr.ª Deputada Catarina Poço disse que a bancada do PS concorda com os pressupostos da proposta, mas não com a ideia da Câmara tomar posse administrativa da infraestrutura.---

O Sr. Deputado Luís Salero considera que a partir do momento em que estão em perigo pessoas e bens, a Câmara deve atuar.-----

A Sr.ª Deputada Esmeralda Ramires referiu que o texto da moção era dúbio e que continha propostas que não são da competência da Assembleia Municipal.-----

Por fim, o Sr. Deputado Luís Salero aceitou retirar a moção para reformulá-la. -----

Deu-se início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia: -----

----- **No ponto um** - Apreciar a informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do art.º25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro (Doc.2):-----

O Sr. Deputado Domingos Terramoto teceu considerações genéricas sobre as informações.--

A Sr.ª Deputada Mónica Neto questionou sobre o pedido da bancada do BE sobre a situação do cumprimento do PAEL, não tendo ainda recebido resposta ao mesmo. -----

O Sr. Deputado Vítor Tomé felicitou o Sr. Presidente da Câmara, pela informação detalhada tendo solicitado informações sobre as atividades e os objetivos da criação do ecocentro. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu sobre o ecocentro, considerando que irá haver um aumento da eficiência em termos ambientais. -----

O Sr. Deputado Luís Salero fez algumas referências sobre a escolha do artista plástico Leonel Moura. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu, dizendo que o Sr. Deputado Luís Salero lhe atribuiu palavras que não eram da sua autoria. -----

O Sr. Deputado Bruno Alexandre, sugeriu que a estátua alusiva à Floripes fosse colocada no Levante. Em relação à iluminação pública propôs a instalação de lâmpadas economizadoras.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

O Sr. Presidente da Câmara justificou a escolha dos locais para a colocação da estátua e na questão da colocação de lâmpadas economizadoras, disse ser da responsabilidade da EDP.--

----- **No ponto dois** - Por proposta da CDU, criar uma Comissão ou Grupo de Trabalho para a Elaboração de um Plano Integrado de Despoluição da Ria Formosa (Doc.3): -----

O Sr. Deputado Josué Marques interveio apresentação da proposta da CDU, referindo a sua importância em termos de prevenção da poluição da Ria Formosa.-----

A Sr.^a Deputada Esmeralda Ramires considera importante criar um Grupo de Trabalho, no entanto, alertou para o facto do mesmo ter a representação de todas as forças políticas. Disse ainda que, uma vez que já existe um grupo de trabalho para outra situação, propõe que numa próxima reunião sejam apresentadas listas para a criação do referido grupo.-----

O Sr. Deputado David Calado teceu algumas considerações sobre a constituição dos grupos de trabalho, designadamente, sobre o método de *hondt*.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada da CDU, que se pronunciasse sobre a constituição daquele Grupo de Trabalho, pois a proposta de constituição e a respectiva representatividade das forças políticas seriam da responsabilidade dos proponentes e objeto de deliberação da assembleia. -----

O Sr. Deputado Vítor Tomé respondeu que a proposta era clara, pois refere que a representação dos deputados deverá abranger todas as forças políticas.-----

O Sr. Deputado Luís Salero propôs a retirada da proposta e respetiva reformulação para trazê-la, novamente, à discussão na próxima sessão da Assembleia.-----

O Sr. Deputado Bruno Alexandre fez referência às competências do órgão constantes no Regimento em vigor, quanto à constituição dos Grupos de Trabalho.-----

O Sr. Deputado Josué Marques solicitou que se colocasse a proposta à votação. -----

A Sr.^a Deputada Esmeralda Ramires disse que a aprovação da proposta tal como estava seria ineficaz, pelo que deverá ser aprovada aquando da sua constituição. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que não podia deixar passar em branco a acusação que recaía sobre ele de não querer que se crie o referido Grupo de Trabalho.-----

A proposta da criação do Grupo de Trabalho, foi posta à votação, sendo aprovada por unanimidade, ficando a aguardar uma proposta para a sua constituição. -----

----- **No ponto três** - Aprovar, por proposta nº 55/2013 da Câmara Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativos aos procedimentos destinados à aquisição de bens e de serviços mencionados no quadro 1, ao abrigo do disposto nos art.º 19 e 20 do CCP (Doc 4):-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

A Sr.^a Deputada Mónica Neto, não concordou com a apresentação em conjunto das propostas, propondo que fossem discutidas e votadas individualmente.-----

Questionou o Sr. Presidente se aquela proposta de aquisição de bens e de serviços de gás para as escolas do Concelho não seria idêntica a uma anterior aprovada recentemente.-----

O Sr. Deputado Vítor Tomé mencionou dificuldades na leitura e propôs a distribuição de documentos em formato digital, referindo a falta de alguma documentação essencial.-----

O Sr. Presidente da Câmara, informou que os valores contratualizados com a empresa de gás não foram utilizados, deliberando-se apenas a prorrogação do mesmo. -----

Durante a discussão da proposta a Deputada Sr.^a Olívia Gomes ausentou-se da sala.-----

A proposta foi aprovada, por maioria, com 20 votos a favor, 1 voto contra do deputado do Novo Rumo e 3 abstenções da bancada do BE. -----

----- **No ponto quatro** - Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 58/2013, que tem por objeto o mapa de pessoal do Município para o ano de 2014, nos termos da alínea o) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (Doc. 5):-----

O Sr. Deputado David Calado, interpelou o Presidente da Câmara sobre a terminologia utilizada nas habilitações literárias do pessoal constante no quadro em discussão. -----

A Sr.^a Deputada Mónica Neto, considerou excessivos os doze Chefes de Divisão constantes no documento, contrariando a lei e o comunicado sobre a redução destes cargos de chefia. --

Interveio o Deputado Bruno Alexandre, referindo que os deputados não podem votar em consciência, enquanto não lhes for esclarecido o somatório global do quadro de pessoal, que se encontra impercetível nas fotocópias distribuídas.-----

O Sr. Deputado Vítor Tomé referiu, igualmente, que o documento estava pouco legível e a letra excessivamente pequena.-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a preparação dos documentos cabe à mesa da assembleia, não podendo ser responsabilizado pela falta de qualidade dos mesmos. Alertou os deputados para uma maior contenção nos termos que utilizam, pois a legalidade dos documentos apresentados pela Câmara não deve ser posta em causa. Remeteu entretanto, mais esclarecimentos para a Diretora de Departamento, Carla Martins, que informou que os Técnicos que aparecem nos cargos de chefia estão em regime de substituição, não havendo, no entanto, garantia que quem está em substituição ocupe o lugar. -----

Esclareceu ainda as restantes questões colocadas pela Sr.^a Deputada Mónica Neto, nomeadamente quanto ao enquadramento legal do quadro de pessoal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

O Sr. presidente da Assembleia Municipal, informou que o documento do quadro de pessoal fornecido à Mesa já tinha pouca qualidade e após ser fotocopiado teria piorado.-----

O Sr. Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados sobre a numeração constante no mapa do pessoal. -----

A proposta foi posta à votação, sendo aprovada, por maioria, com 11 votos a favor da bancada do PS, 13 abstenções do PSD, CDU e do BE e o voto contra do deputado do NR.---

----- **No ponto cinco** - Aprovar, por proposta da Câmara Municipal, nº 64/2013, o Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Olhão, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (Doc.6):-----

Não havendo qualquer pedido de intervenção sobre a proposta, aquela foi votada pelos deputados, sendo aprovada, por maioria, com 21 votos a favor das bancadas do PS, PSD, e CDU, 3 votos contra da bancada do BE e 1 abstenção do deputado do Novo Rumo. -----

----- **No ponto seis** - Aprovar, por proposta da Câmara Municipal, nº 60/2013, a alteração ao plano de liquidação dos pagamentos em atraso relativo à dívida da empresa Águas o Algarve, a qual será liquidada trimestralmente, sendo o valor para 2014 e para 2015 de 60.000 €/ano (15.000€/trimestre) e para 2016 de 474.125€ (118.531,25€/trimestre), conforme alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Doc. 7):-----

Pediu a palavra, o Sr. Deputado Bruno Alexandre para questionar o Sr. Presidente sobre disparidade entre os valores inscritos nos anos de 2014 e 2015 em relação a 2016, defendendo que o pagamento daquela dívida deveria ocorrer de forma mais repartida.-----

O Sr. Deputado Vítor Tomé reforçou a argumentação usada pelo deputado do PSD, apelando a um maior equilíbrio no esforço orçamental pelos anos em causa. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a atual prioridade do executivo não é o pagamento da dívida às Águas do Algarve, considerando que a fraca disponibilidade financeira deverá ir para outras áreas e ponderando a renegociação dessa dívida em 2016.--

Procedeu-se, então, à votação da proposta, sendo aprovada por maioria, com 12 votos a favor das bancadas do PS e do Novo Rumo e a abstenção das restantes bancadas.-----

----- **No ponto sete** - Apreciar o inventário de todos os bens imóveis cedidos ao Município, proposta nº 61/2013, e respetiva avaliação, no uso das competências atribuídas nos termos da alínea l) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (Doc. 8):-----

Não havendo intervenções, a proposta foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

----- **No ponto oito** - Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 63/2013, que tem por objecto a abertura do procedimento concursal, de trabalho em funções e termo resolutivo certo, pelo período de tempo que coincide com o 2º e 3º trimestres do ano letivo 2013/2014 para os seguintes docentes - Actividade física e desportiva - 2 (Doc. 9):-----

Uma vez que, nenhum dos deputados solicitou intervenção, a proposta foi posta à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

----- **No ponto nove** - Aprovar, a proposta da Câmara Municipal, nº 59/2013, que tem por objeto as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2014, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (Doc. 10):-----

O Sr. Deputado Vítor Tomé disse que a Câmara está depauperada e que por isso estamos perante um orçamento que praticamente se limita a fazer face às despesas correntes e de funcionamento da Câmara, não se vislumbrando qualquer investimento na criação infraestruturas, cortando aparentemente inclusive nas despesas de alimentação escolar. A CDU manifestou, assim, a sua preocupação, acusando a governação de despesista. -----

O Sr. Deputado David Calado questionou sobre os subsídios às empresas municipais e intermunicipais. -----

A Sr.ª Deputada Mónica Neto, pediu a palavra para questionar o Sr. Presidente sobre:-----

- A diferença de valores entre a receita constante no projeto de Orçamento inicial e os muitos milhões que foram acrescentados no que foi proposto aos deputados municipais.-----

- O valor que a Câmara Municipal prevê arrecadar pelo lado da receita, no ano em vigor.---

- Se o projeto de orçamento contemplava os limites de endividamento previstos na lei.-----

Por fim, colocou algumas questões sobre os subsídios às empresas municipais.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu, que no ano em vigor, foram fornecidas menos refeições que as previstas, reduzindo essa rubrica para o ano de 2014.-----

Em relação aos subsídios às empresas municipais, justificou-os com os contratos programa celebrados, pela prestação de serviços, que não são cobertos pelas tarifas.-----

No que respeita à diferença entre os valores no projeto inicial e no final, disse resultarem dos ajustes realizados ao longo da elaboração e discussão do mesmo com a vereação.-----

O Sr. Deputado Domingos Terramoto, interveio para questionar:-----

- O empolamento da receita no Orçamento, segundo ele, para tentar esbater as despesas;

- A exploração do Parque do Levante e um eventual acordo com o Pingo Doce;-----

- As despesas e as receitas das Piscinas Municipais e o número de funcionários;-----

- Os títulos de cobrança usados nas Piscinas e pela Mercados de Olhão; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

- Os valores dos subsídios atribuídos ao CCD e à Igreja de Olhão;-----
Finalmente, propôs a aplicação de novas regras na atribuição de subsídios.-----
O Sr. Presidente da Câmara disse não existir qualquer acordo com o Pingo Doce e que existem títulos de cobrança nas Piscinas e Mercados. -----
Esclareceu ainda que o subsídio ao CCD irá sofrer uma redução de 10% e quanto ao subsídio da Igreja não tinha ideia dos valores em causa, mas que iria verificar o valor atribuído. Por fim, informou da existência de um regulamento para atribuição de subsídios.-----
O Sr. Deputado Carlos Parente disse que o Orçamento para 2014 deveria ser o mais perto possível da realidade, tendo feito a comparação daquele com os orçamentos e contas dos últimos anos, demonstrando que, tal como os anteriores, o proposto não era nada realista.---
O Sr. Presidente da Câmara salientou a redução de 20% no orçamento e fez a interpretação dos valores apresentados no mesmo, que perspetivam um ajuste de modo a pagar as dívidas, esclarecendo, ainda, que a previsão da receita deve aparecer contemplada no Orçamento.----
A Sr.ª Deputada Esmeralda Ramires disse que o orçamento proposto, apesar de reduzido e pobre, refletia alguma sensibilidade social do executivo Camarário.-----
A proposta foi posta à votação, sendo rejeitada com 13 votos contra das bancadas do PSD, CDU, BE e do deputado do Novo Rumo, 11 votos a favor do PS e uma abstenção do PSD.----
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, com a votação da minuta da ata, sendo aprovada por maioria, com 24 votos a favor e uma abstenção do Sr. Deputado João Charrão do PS.-----
Da sessão lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia e por mim, que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1º Secretário da Assembleia Municipal,